



A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO MERCADO FINANCEIRO PARA OS INVESTIDORES PESSOA FÍSICA

THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING IN THE FINANCIAL MARKET FOR INDIVIDUAL INVESTORS

Ana Paula Borges ¹

Graduanda em Ciências Contábeis pela UniEvangélica - GO.

Prof. Esp. Carlos Renato Ferreira ²

Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso - GO

1 Ana Paula Borges – Bacharelada no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) - Brasil - E-mail: anapaulaborges249@hotmail.com.

2 Prof. Esp. Carlos Renato Ferreira – Professor do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) - Brasil - E-mail: crfac3@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo geral apresentar a importância da contabilidade no mercado financeiro, para os investidores pessoa física, como instrumento de gestão dos investimentos, bem como minimização de riscos, através da utilização das demonstrações e informações obtidas com a contabilidade. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. As demonstrações contábeis são capazes de indicar o comportamento econômico das organizações detentoras dos produtos comercializados, permitindo que os potenciais investidores tenham conhecimento e façam a gestão do risco assumido na aquisição dos títulos por elas comercializados. Sendo assim, a importância da contabilidade no mercado financeiro relaciona-se ao fornecimento das informações e à possibilidade que oferece aos investidores de realizarem análises da viabilidade e da capacidade que os produtos financeiros comercializados têm de gerarem retornos satisfatórios aos investidores independentes, auxiliando na tomada de decisão. Sendo que, a tomada de decisão baseada nas demonstrações contábeis divulgadas permite a aplicação de recursos em produtos com maior capacidade de oferecer retorno, de acordo com o desempenho econômico e financeiro das entidades que o oferecem, identificados através da análise das demonstrações contábeis.

Palavras-Chave: Mercado Financeiro; Contabilidade; Gestão.

Abstract: This paper had the general objective to present the importance of accounting in the financial market for individual investors, as an instrument of investment management, as well as minimizing risks, through the use of reports and information. The methodology adopted was the qualitative research, using bibliographic type. The financial statements are capable of indicate the economic behavior of the organizations holding the products traded, allowing potential investors to be aware of and manage the risk assumed in the acquisition of the titles commercialized. Therefore, the importance of accounting in the financial market is related to the provision of information and to the possibility offered by investors to carry out analyzes of the viability and the capacity of the commercialized financial products to generate satisfactory returns to independent investors, helping their decisions. Given that the decision based on the financial statements disclosed allows the application of resources in products with greater capacity to offer returns, according to the economic and financial performance of the entities that offer it, identified through the analysis of the financial statements.

Key Words: Financial market; Accounting; Management.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, o mercado financeiro é regido pelo Sistema Financeiro Nacional, cuja estrutura permite a transferência de recursos entre os agentes que o compõem. Sendo assim, os agentes que possuem recursos disponíveis necessitam de instrumentos capazes de promover a manutenção do poder de compra, evitar a desvalorização do dinheiro e oferecer rendimentos, enquanto aqueles que estão em posição de déficit buscam opções capazes de oferecer a possibilidade de recuperação (LOPES, et al., 2011).

A partir disto, surgem os investimentos, onde as aplicações dos agentes superavitários ficam em poder das instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e permitem que os indivíduos em posição de déficit obtenham recursos para suprir suas necessidades. Desta forma, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) controla e regulamenta todo o funcionamento do mercado financeiro e de capitais por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e seus subordinados: Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (PORTO, 2015).

A contabilidade, como um instrumento de gerenciamento do patrimônio e fornecimento de informações pode ser utilizada pelos investidores para conhecer a realidade dos ativos financeiros que estão adquirindo, bem como para compreender a situação econômica e financeira da instituição que comercializa os ativos. Por meio das demonstrações contábeis e dos conhecimentos adquiridos com a contabilidade os investidores tornam-se capazes de analisar os produtos financeiros e os riscos que os mesmos oferecem, a fim de garantir que a finalidade de seus investimentos não seja comprometida (CAMLOFFSKI, 2014).

Com isto, o presente trabalho partiu da seguinte problemática: **Qual a importância da contabilidade no mercado financeiro para os investidores pessoa física?** O objetivo geral das pesquisas foi apresentar a importância da contabilidade no mercado financeiro, para os investidores pessoa física, como instrumento de gestão dos investimentos, bem como minimização de riscos, através da utilização das demonstrações e informações obtidas com a contabilidade.

Os objetivos específicos consistiram em apresentar o Sistema Financeiro Nacional; expor os aspectos gerais do mercado financeiro, bem como as principais opções de investimento e demonstrar a importância da contabilidade para os investidores. Partindo disto, as hipóteses elaboradas foram que a contabilidade auxilia o investidor na gestão dos recursos aplicados; auxilia na tomada de decisão e pode ser utilizada como instrumento para minimização de riscos presentes nos investimentos.

Contudo, este tema justificou-se pela percepção da importância de conhecer o mercado financeiro e sua relação com a contabilidade. Além disto, tornou-se relevante por evidenciar os conhecimentos adquiridos com a contabilidade como um instrumento capaz de proporcionar melhoria na capacidade de gestão de uma carteira de investimentos, voltado às pessoas físicas que interagem com o mercado financeiro, através de utilização das demonstrações contábeis.

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Sendo que, a pesquisa bibliográfica foi aplicada através da leitura e interpretação de obras, enquanto a pesquisa qualitativa foi utilizada para apresentar a importância da contabilidade no mercado financeiro, para os investidores pessoa física, através da interpretação destas fontes apresentação de ideias que promoveram a discussão do tema.

O referencial teórico foi dividido em 4 seções, no qual a primeira definiu e apresentou o Sistema Financeiro Nacional, a segunda expôs alguns aspectos gerais do mercado financeiro e de investimentos, a terceira explanou as principais opções de investimento para pessoa física e, por fim, a quarta e última demonstrou a importância da contabilidade no mercado financeiro para os investidores.

2. METODOLOGIA

2.1 Pesquisa

Pesquisa é o procedimento de procura por conhecimento que parte de um questionamento inicial, por meio do qual um problema induz a busca de respostas e exploração de fenômenos e/ou situações de interesse do pesquisador. Além disto, pode-se dizer que a pesquisa é a atividade básica da ciência, por meio do qual é possível explicar a realidade e descobrir novos fenômenos (MICHEL, 2015).

Desta forma, considera-se pesquisa como uma técnica de investigação e aplicação de métodos que visam obter informações sobre determinados aspectos. Ou seja, trata-se de um procedimento, desenvolvido sistematicamente, que permite a descoberta de novos fatos e exploração de dados já existentes, cujo objetivo é a obtenção de respostas e soluções (HEERDT; LEONEL, 2007).

Sendo assim, entende-se como pesquisa a atividade onde se realiza o levantamento de informações para investigação de fenômenos, através da utilização de métodos científicos. De modo que, permite encontrar respostas e desenvolver um processo reflexivo, sistemático e crítico em qualquer campo de conhecimento (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Através do levantamento de informações e leitura de livros, artigos, resoluções, pronunciamentos técnicos, entre outros materiais bibliográficos, que tratam do mercado financeiro e da contabilidade, esperou-se identificar a importância da contabilidade no mercado financeiro, para os investidores pessoa física, como instrumento de gestão dos investimentos, bem como minimização de riscos, através da utilização das demonstrações e informações obtidas com a contabilidade.

2.2 Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa parte de uma relação pressuposta entre pesquisador e objeto de estudo e permite que os fenômenos sejam interpretados conforme o contexto, os fatos e a análise das relações. Desta forma, a pesquisa qualitativa baseia-se na coleta de dados descritivos, buscando interpretá-los a partir de análises detalhadas, consistentes e coerentes, baseadas em experimentos empíricos (MICHEL, 2015).

Neste caso, a pesquisa qualitativa foi utilizada para apresentar a importância da contabilidade no mercado financeiro, para os investidores pessoa física, através da interpretação de fontes bibliográficas e apresentação de ideias que promoveram a discussão do tema.

2.3 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é considerada a primeira etapa de um estudo científico, e consiste em um levantamento de estudos já existentes, que envolve a leitura, coleta e análise de informações sobre o tema pré-estabelecido pelo pesquisador. Além disto, oferece meios que auxiliam no entendimento detalhado do assunto, bem como na definição dos problemas e objetivos da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2017).

Em sua essência, esse tipo de pesquisa visa explicar um assunto a partir de referências teóricas já existentes em estudos anteriores. Sendo que, seu propósito principal é coletar informações e fornecer o subsídio necessário à definição, discussão e interpretação do assunto (MICHEL, 2015).

A pesquisa bibliográfica foi aplicada através da leitura e interpretação de obras, por meio da qual, pretende-se apresentar como a contabilidade pode auxiliar os investidores pessoa física na gestão dos investimentos, na análise e na tomada de decisão.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Sistema Financeiro Nacional

No Brasil, as operações que envolvem negociação de instrumentos financeiros acontecem dentro do Sistema Financeiro Nacional. Desta forma, o Sistema Financeiro Nacional é o meio que estrutura e regulamenta o mercado financeiro brasileiro através dos órgãos que o compõe, com o objetivo de intermediar a circulação de recursos entre agentes econômicos com situações deficitárias e superavitárias (LOPES, et al., 2011).

Segundo Neto (2014, p.40) “o sistema financeiro é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e seu órgão normativo é o Conselho Monetário Nacional (CMN)”.

Sendo assim, entende-se que, é através deste conjunto que ocorre a transferência de valores monetários entre os indivíduos que necessitam de recursos - também chamados de tomadores - e aqueles com potencial financeiro para aplicar e oferecer condições para as instituições financeiras custearem as necessidades econômicas dos agentes tomadores.

Os principais órgãos integrantes do Sistema Financeiro Nacional são: o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Sendo que, o Conselho Monetário Nacional é o órgão máximo do sistema financeiro e principal órgão normativo, tem por responsabilidade deliberar normas que garantam o pleno funcionamento do sistema financeiro brasileiro e supervisionar as políticas monetárias, cambial e de investimento, principalmente (BRITO, 2013).

O Banco Central do Brasil (BACEN) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem como principal função emitir papel moeda e garantir sua estabilidade econômica. Considerado como o principal órgão executor das orientações estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, é responsável também por conservar o equilíbrio do sistema financeiro, supervisionando e fiscalizando as instituições financeiras (LOPES, et al., 2011).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é considerada um órgão normativo e ao mesmo tempo supervisor, com suas atividades voltadas para a fiscalização, regulamentação e controle do mercado de títulos e valores mobiliários. Sendo também, vinculada ao Ministério da Fazenda, é composta por um presidente e quatro diretores, nomeados pelo Presidente da República com posterior aprovação do Senado (NETO, 2014).

Deste modo, as atividades de responsabilidade da CVM contemplam três segmentos de grande relevância no mercado financeiro, sendo elas: as instituições financeiras; as

sociedades anônimas - de capital aberto e fechado - cujos títulos são negociados em Bolsas de Valores e no mercado de balcão; e os investidores, com vistas a proteger seus direitos perante às negociações com os títulos de renda variável (NETO, 2014).

A partir disto, nota-se que, enquanto o Banco Central concentra suas atividades no mercado onde atua as instituições financeiras e no meio econômico, de um modo geral, a Comissão de Valores Mobiliários opera principalmente no mercado de ações, fiscalizando a Bolsa de Valores e as Sociedades Anônimas e promovendo a segurança das negociações e dos recursos dos investidores (LOPES, 2011).

3.2 Aspectos gerais do mercado financeiro e de investimentos

No mercado financeiro existem alguns aspectos específicos que, para os indivíduos com intenção de tornarem-se investidores, é importante ter conhecimento, dentre eles, a diferença entre poupança e investimento. Neste sentido, vale destacar que no mercado financeiro, considera-se como poupança a quantia da renda que não foi consumida, enquanto investimento é a aplicação dos recursos poupados com intuito de se obter ganhos posteriores (PORTO, 2015).

O sistema financeiro, de um modo geral, se movimenta em função dos agentes econômicos que o compõe, dentre eles os superavitários e os deficitários. Os agentes superavitários são aqueles capazes de acumular poupança para buscar investimentos, enquanto os agentes deficitários são os que buscam no meio financeiro recursos capazes de financiar seus gastos, como empréstimos bancários, por exemplo, e são conhecidos como os tomadores de recursos (PORTO, 2015).

Vale destacar, que os investimentos apresentam riscos, capazes de afetar a rentabilidade das aplicações. Partindo disto, existem três variáveis a serem observadas que, geralmente, se correlacionam, sendo elas: o risco, o retorno e a liquidez. O risco é considerado como a possibilidade de obter resultados diferentes do esperado, o retorno representa o ganho auferido com o investimento e a liquidez refere-se ao tempo e a facilidade de se negociar as aplicações, quando mais fácil e rápido a venda de um ativo financeiro, mais líquido este ativo é considerado no mercado (BRUNI, 2005).

Em relação ao risco, envolve um estudo de decisões acerca da composição de uma carteira de investimentos. Neste caso, a gestão do risco envolve a utilização de instrumentos como a diversificação, o *hedge*, contrato a termo, mercado de opções e o *swap*, por exemplo.

A diversificação pressupõe a redução do risco por meio da aplicação do capital em vários ativos, onde considera-se que o risco de uma carteira diversificada é eliminado quando os investimentos apresentam comportamentos variados, de modo que, um resultado negativo é compensado pelos lucros obtidos com as demais aplicações. Na prática, a anulação total do risco por meio da diversificação é muito difícil, o investidor deve analisar sua carteira em função da minimização dos impactos causados por eventuais prejuízos (NETO; LIMA, 2014).

Segundo Hoji (2014, p. 541)

O hedge consiste em assumir uma posição no mercado, de forma que os resultados econômicos e financeiros sejam do mesmo valor absoluto, mas de sentido oposto aos produzidos pelos ativos ou passivos de risco em questão, anulando variações em seus preços.

O *hedge* pode ser feito então, para eliminar o risco de flutuação de preços dos instrumentos financeiros.

O contrato a termo é a negociação de ativos entre as partes interessadas fora das bolsas de valores, podem apresentar características variadas, diferentemente das negociações feitas nas bolsas de valores, que oferecem condições padronizadas. Geralmente, as operações a termo apresentam preço fixado e liquidação com prazo determinado, por este motivo, é considerada uma operação que oferece baixo risco (HOJI, 2014).

Vale destacar que as operações a termo são efetuadas pelos agentes autorizados pela Bovespa, mediante celebração de contrato registrado na Bolsa, emitido em nome das sociedades corretoras participantes. Desta forma, são operações que geram custos aos investidores, entre eles a taxa da corretagem, de negociação, registro, liquidação e emolumentos, cobradas pelas corretoras (PORTO, 2015).

O mercado de opções é específico da Bovespa, nele se negocia os direitos de compra e venda, até determinada data antes do vencimento, a um preço preestabelecido. Nesta situação, o vendedor da opção garante seu preço, enquanto o comprador perde a oportunidade de eventuais ganhos com a valorização futura do título negociado, mas recebe a rentabilidade especificada no contrato da operação (PORTO, 2015).

As operações de *swap* podem ser compreendidas como a troca de taxas ou preços entre as duas partes negociantes, onde uma delas fica incumbida de pagar a outra um valor previamente estabelecido acrescido de determinada taxa, tendo como contrapartida, o recebimento do mesmo valor de referência indexado a outra taxa. São operações que permitem a fixação do resultado e, por este motivo, são utilizados como instrumentos para gestão do risco (HOJI, 2014).

Outro fator importante que os investidores devem observar é o seu perfil como investidor, que determina o nível de risco aceitável nos investimentos que pretende fazer, de acordo com variáveis avaliadas em um questionário elaborado pelas instituições financeiras e aplicado via internet, conhecido como Análise de Perfil do Investidor (API). O API é considerado uma ferramenta que auxilia o investidor na escolha de produtos que atendam suas expectativas e se adeque à sua tolerância a risco (RAMBO, 2014).

De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Instrução nº 539, de 13 de novembro de 2013, as instituições que comercializam produtos e serviços financeiros devem, no mínimo, ter conhecimento do período em que o cliente manterá o investimento, suas preferências em relação aos riscos a serem assumidos, a finalidade do investimento, os produtos e serviços que o cliente já tem familiaridade, formação acadêmica e profissional do cliente, além da frequência, volume e natureza das operações já efetuadas pelo cliente no mercado financeiro (CVM, 2013).

As instituições que comercializam produtos financeiros são responsáveis, segundo a CVM, por:

- I – estabelecer regras e procedimentos escritos, bem como controles internos passíveis de verificação, que permitam o pleno cumprimento do dever de verificação da adequação referido no art. 1º;
- II – adotar políticas internas específicas relacionadas à recomendação de produtos complexos, que ressaltem:
 - a) os riscos da estrutura em comparação com a de produtos tradicionais; e
 - b) a dificuldade em se determinar seu valor, inclusive em razão de sua baixa liquidez;
- e
- III – indicar um diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas por esta Instrução.

Com isto, entende-se que é de responsabilidade destas instituições informar ao investidor seu perfil, através da análise das informações por ele fornecidas, geralmente por meios eletrônicos, bem como, efetuar a guarda, o tratamento e o registro adequado destas informações.

Os perfis podem ser conservador, moderado ou agressivo, e são informados para que o próprio investidor seja capaz de avaliar seu nível de aversão a riscos, de modo que o perfil conservador é extremamente resistente a riscos, os perfis moderados possuem resistência, mas ainda assim arriscam e os agressivos capazes de correrem maiores riscos em busca de maiores retornos financeiros (PORTO, 2015).

3.3 Principais Opções de Investimento para Pessoa Física

Diante de situações econômicas onde os indivíduos encontram-se em situações financeiras superavitárias, torna-se importante, e conveniente, buscar meios de aplicar os recursos excedentes. Com isto, surgem os investimentos, que podem-se ser entendidos como uma forma de comprometer recursos no presente com a possibilidade e o intuito de se obter retornos futuros (BODIE, et al., 2014).

O mercado financeiro apresenta subdivisões quanto a característica dos ativos negociados, segmentando-se em quatro ambientes: mercado monetário; de crédito; de capitais e cambial.

De acordo com Neto (2014, p.82)

O mercado de capitais assume papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico. É o grande municiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, os investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento.

Desta forma, entende-se que o mercado de capitais é o instrumento que permite a comercialização de ativos financeiros, em suas diferentes opções de investimentos, e intermedia as operações de compra e venda destes valores. Contudo, cada segmento do mercado financeiro oferece diferentes opções de investimento que podem ser adotadas por pessoas físicas, as principais modalidades são descritas abaixo.

3.3.1 Produtos Bancários

O depósito bancário, basicamente, divide-se em duas modalidades principais: o depósito à vista e o depósito a prazo. Sendo que, o depósito à vista, consiste na guarda dos recursos disponíveis em contas correntes, com intuito de proteger e conservá-lo, e com a possibilidade de tê-lo à disposição para saques a qualquer momento; já o depósito a prazo são efetuados com prazos pré-determinados para resgate (CAVALCANTE, et al., 2009).

Desta forma, o depósito a prazo é considerado um investimento, oferecido pelas instituições financeiras, que são remunerados de acordo com as taxas de juros da economia, com prazos e condições pré-estabelecidos. Além disto, é considerado um investimento de curto prazo, que permite aos bancos a captação de recursos (FORTUNA, 2002).

Os mais comuns produtos de investimento oferecidos pelos bancos diretamente para os clientes pessoa física são: Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB) e Caderneta de Poupança (CAVALCANTE, et al., 2009).

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) e o Recibo de Depósito Bancário (RDB) são títulos de captação bastante conhecidos entre os clientes de instituições bancárias e possuem características semelhantes, são títulos nominativos representados por extratos de aplicações financeiras. Constituem-se em aplicar os recursos por um prazo pré-estabelecido, sendo remunerado com os juros convencionados pela instituição emissora (CAVALCANTE, et al., 2009).

A Caderneta de Poupança é a aplicação mais popular no Brasil, devido sua praticidade, esta modalidade permite ao poupador a disponibilidade para aplicar qualquer valor que se tenha disponível, além de apresentar isenção do Imposto de Renda. Os rendimentos são calculados e creditados mensalmente na conta do investidor, desde que não tenha havido resgate antes da data de aniversário, que é o dia em que o depósito foi efetuado (NETO, 2014).

Segundo Fortuna (2002, p. 249) a caderneta de poupança “[...] é a aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas, senão a única, em que se podem aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação”.

Sendo assim, percebe-se que a poupança é uma das modalidades disponíveis para os investidores pessoa física mais disseminados no Brasil, em função da praticidade que oferece, além de ser considerada uma das opções mais conservadoras e com baixo risco aos aplicadores.

3.3.2 Títulos Públicos

Os títulos públicos são assim denominados por serem emitidos e comercializados pelo poder público, de modo geral, em suas três esferas (Federal, Estadual e Municipal). No entanto, na prática, os principais títulos públicos negociados no mercado financeiro, são os federais, cuja responsabilidade é do Tesouro Nacional e a distribuição fica a cargo do Banco Central do Brasil, através do sistema do Tesouro Direto, acessível a qualquer público interessado, inclusive pessoas físicas com disponibilidade de recursos para aplicação (CAVALCANTE, et al., 2009).

Os títulos públicos são instrumentos por meio dos quais o governo capta recursos no mercado financeiro com intuito de aplicá-los no refinanciamento da dívida pública, no financiamento do déficit orçamentário, entre outras aplicações definidas em leis. Além disto, são caracterizados como ativos de renda fixa, por meio dos quais o governo federal pode executar a política monetária nacional e incentivar a formação de poupança de longo prazo, voltada para pessoas físicas (FERREIRA, 2015).

Com isto, os títulos negociados no Tesouro Direto são: Letras do Tesouro Nacional (LTN); Letras Financeiras do Tesouro (LFT); Notas do Tesouro Nacional série B Principal (NTN-B Principal); Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) e Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F).

3.3.2.1 Tesouro Direto

O Tesouro Direto é um programa do Tesouro Nacional desenvolvido em conjunto com a BM&F Bovespa, cuja finalidade é a negociação dos títulos emitidos pelo governo através da internet. Neste sistema, os títulos públicos federais são diretamente ofertados para pessoas físicas, contribuindo para diversificação e democratização das alternativas de investimento. No Tesouro Direto são ofertados títulos com prazos de vencimento e rentabilidades variadas, dentre estes, tem-se os títulos com rentabilidade prefixada e pós fixadas (FIGUEIREDO, 2012).

Os títulos com rentabilidade prefixada são aqueles em que os rendimentos são determinados no momento do investimento, se for mantido até sua data de vencimento. Nestes casos, a rentabilidade apresentada é chamada de rendimento nominal, pois o rendimento real é determinado após a incidência da inflação. Deste modo, os títulos que apresentam essa característica são Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F) (TESOURO DIRETO).

Por outro lado, os títulos com rendimentos pós fixados são aqueles atrelados a um determinado indexador, que pode ser a taxa básica de juros da economia, Selic ou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, conhecido como IPCA. Os rendimentos atrelados a estes índices variam de acordo com seu desempenho na ocasião do vencimento. Os produtos que se encaixam nesta modalidade são as Letras Financeiras do Tesouro (LFT); as Notas do Tesouro Nacional série B Principal (NTN-B Principal) e as Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) (TESOURO DIRETO).

Além disto, os títulos públicos federais se diferenciam quanto a periodicidade com que são remunerados, sendo que as Letras do Tesouro Nacional (LTN); as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e as Notas do Tesouro Nacional série B Principal (NTN-B Principal) são remuneradas apenas no vencimento do título, enquanto as Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B); as Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F) e as Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C) são remuneradas semestralmente e no vencimento (TESOURO DIRETO).

3.3.3 Debêntures

No mercado financeiro brasileiro são negociados também os chamados títulos representativos de dívidas. Isto é, são títulos emitidos por sociedades anônimas como meio para captação de recursos de terceiros, nos quais os investidores tornam-se coproprietários da companhia que estão adquirindo as participações. As principais modalidades de investimento disponibilizadas pelas corporações são: Ações e Debêntures (CAVALCANTE, et al., 2009).

Segundo Neto (2014, p. 205),

É por meio da participação dos proprietários que as empresas adquirem melhores condições financeiras de viabilização de seus projetos de investimentos, tanto pela natureza permanente da captação, como pelo baixo comprometimento do caixa.

Neste caso, entende-se que, dentre os instrumentos financeiros que as organizações podem utilizar para captar recursos junto à terceiros, a emissão de ações torna-se mais vantajosa do que a obtenção de empréstimos, por exemplo, pois permite a integralização de capital, por parte dos acionistas, com um comprometimento menos agressivo das disponibilidades.

Vale destacar que, as operações que envolvem compra e venda de ativos negociados na Bolsa de Valores, feitas por pessoas físicas, devem ser realizadas mediante a abertura de conta nas Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários. A principal função destas instituições é intermediar as operações que ocorrem na Bolsa de Valores (BRITO, 2013).

As debêntures são remuneradas, geralmente, a juros e correção monetária e em alguns casos, quando estabelecido pela entidade emissora, poderão conferir direito na participação dos lucros. Além disto, podem ser conversíveis em ações, ou seja, o debenturista tem a opção de receber, em dinheiro, a remuneração do título no vencimento, ou tornar-se acionista na data estabelecida para conversão (GELBCKE, et al., 2018).

3.3.4 Ações

Segundo Neto (2014), as ações podem ser consideradas como a menor fração do Capital Social de uma empresa, e podem ser ordinárias ou preferenciais. Sendo que, as ações ordinárias dão a seus titulares o direito a voto nas assembleias de acionistas - cada ação representa um voto -, enquanto as preferenciais oferecem prioridade no recebimento de dividendos, de modo que os acionistas preferenciais não detêm nenhum tipo de controle na companhia.

As ações podem ser comercializadas com ou sem valor nominal, dependendo do estatuto da organização, sendo que, as ações emitidas com valor nominal obedecem um único valor estipulado pela companhia, não podendo haver ações de uma mesma organização com preços variados. Por outro lado, as ações sem valor nominal, têm seu preço estabelecido em qualquer valor, podendo haver diferenciação com base em um valor mínimo definido pela sociedade junto ao mercado (NETO, 2015).

Além disto, a comercialização de ações se dá de duas formas: no mercado primário e no mercado secundário. No mercado primário acontece a oferta de ações pela primeira vez, entre a sociedade emissora e os investidores, já o mercado secundário envolve as transações efetuadas entre os próprios investidores. Desta forma, pode-se dizer que a principal característica que difere os dois ambientes é o fato de que no mercado primário o dinheiro obtido na venda entra no caixa da entidade, enquanto no secundário destina-se ao investidor que efetuou a venda (NETO, 2014).

Além das ações, que representam o capital social, as companhias são capazes de comercializar títulos que compõem suas obrigações. Dentre eles, o principal instrumento são as debêntures, que, assim como as ações permitem que as sociedades captem recursos a longo prazo, e garantem aos seus titulares direito de crédito perante a instituição emitente, de acordo com as condições estabelecidas na emissão do título (MARTINS, 2013).

3.3.5 Fundos de Investimento

Atualmente, os fundos de investimento têm se apresentado como uma das interessantes alternativas para se investir em títulos e valores mobiliários. Isso porque, são considerados investimentos coletivos, nos quais a união de um grupo de pessoas, com perfil de investidor, permite a obtenção de um maior capital disponível para aplicações, além de proporcionar melhores condições técnicas a seus participantes, como um todo, do que as que teriam caso investissem de forma individual (CAVALCANTE, et al., 2009).

Segundo Bruni (2005, p. 294) “um fundo de investimento consiste em uma alternativa para aplicação de recursos que reúne vários aplicadores, com diferentes perfis, formando uma espécie de condomínio, no qual as receitas e despesas são divididas.”

Desta forma, entende-se que fundo de investimento é um tipo de investimento financeiro constituído para possibilitar a aplicação coletiva dos recursos dos indivíduos que dele participa, promovendo a coletividade.

Conforme Cavalcante, et al. (2009, p.152):

A forma de participação do investidor em um fundo se faz pela aquisição de quotas. A quota é um valor mobiliário que corresponde a uma fração ideal do patrimônio líquido do fundo. Corresponde à fração ideal do patrimônio líquido do fundo, devendo ser nominativa e escriturada em nome de seu titular. Diferentemente da ação, a quota é divisível: pode ser fracionada. E a propriedade das quotas dá direito de voto ao investidor nas assembleias dos cotistas do fundo.

Sendo assim, percebe-se que os participantes de um fundo de investimento são chamados de cotistas, pois adquirem as quotas, que representam os ativos pertencentes ao portfólio do fundo, e passam a integrar o condomínio de investidores, cujos objetivos são comuns e os direitos e deveres compartilhados.

Os fundos de investimentos são regidos por assembleia geral dos cotistas, e fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM em conjunto com o Banco Central. Além disto, permitem a participação de pequenos e grandes investidores, pessoa física e jurídica, remunerados sob as mesmas condições, estabelecidas no regulamento do fundo e administrados por um gestor, nomeado pelos próprios participantes, em assembleia (PORTO, 2015).

Os fundos de investimento são considerados vantajosos, especialmente para pequenos investidores, devido a acessibilidade, que permite investimentos com valores pequenos - assim como os títulos públicos -, atrelada a maiores rentabilidades. Além disto, são considerados investimentos com riscos relativamente baixos, em função da diversificação da carteira, e com alta liquidez no mercado (BRUNI, 2005).

3.4 Contabilidade e o mercado financeiro

Segundo Marion (2015, p.30) “A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões [...]”. A partir disto, entende-se que a contabilidade e seus conhecimentos podem ser bastantes eficazes aos investidores pessoa física, pois as informações com ela adquiridas podem ser capazes de auxiliar na gestão dos recursos aplicados e na compreensão dos aspectos econômicos de cada produto financeiro.

Desta forma, uma das funções desempenhas pela contabilidade que pode ser adotada pelo investidor baseia-se na controladoria. Isto é, o investidor com conhecimento sobre controladoria é capaz de planejar a curto e longo prazo suas metas e objetivos, controlar a performance de suas aplicações e analisar e interpretar os resultados financeiros obtidos, como instrumento de gestão de recursos e direcionamento das decisões a serem tomadas. Além disto, por meio da controladoria é possível, analisar os riscos assumidos com as aplicações e controlá-

lo. De modo que, o investidor torna-se capaz de desenvolver medidas preventivas e resguardar o retorno de seu investimento. (BRITO, 2013).

Outra contribuição da contabilidade aos investidores independentes é o fluxo de caixa. Isto é, a decisão de investir parte da reflexão sobre os valores envolvidos: qual será o investimento inicial e qual o potencial de retorno do ativo financeiro adquirido? Com base nestes questionamentos são estimados os chamados fluxos de caixa futuro, nos quais são projetados os ganhos associados ao valor investido. Através da projeção dos fluxos de caixa são registradas as saídas e entradas e é possível analisar a viabilidade econômica do investimento efetuado (BRUNI, 2013).

Além disto, é possível que investidor avalie suas decisões de investimento com base em relatório contábeis, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), por exemplo. Ou seja, a análise das demonstrações permite que o investidor conheça a realidade econômica e a capacidade de retorno do ativo em que está aplicando seu capital, de acordo com o potencial que a entidade tem de gerar e distribuir recursos (BRUNI, 2013).

O investidor pode ainda, avaliar a viabilidade de se investir em determinada entidade em função da análise da demonstração do fluxo de caixa da mesma. O Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Fluxo de caixa, dispõe que as informações constantes nesta demonstração, quando analisadas em conjunto com outras demonstrações, dão aos usuários embasamento para avaliar a estrutura financeira e a capacidade de a entidade gerar recursos para movimentação do caixa e de equivalentes caixa.

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – CPC 00, determina que as demonstrações são elaboradas com o objetivo de apresentar informações que orientem e embasem a tomada de decisões. Deste modo, o investidor utiliza-se das demonstrações contábeis para avaliar as decisões de compra e venda de instrumentos da entidade, de acordo com o potencial de retorno apresentado e em função da avaliação dos montantes e de incerteza, projetados nos fluxos de caixa.

Em concordância, o CPC 26 (R1) que aborda a Apresentação das Demonstrações Contábeis considera que as demonstrações devem apresentar de forma adequada a posição financeira e patrimonial, bem como o comportamento dos fluxos de caixa da organização. Para tanto, devem ser representações fidedignas das transações, observando os critérios pertinentes ao reconhecimento de ativo, passivos, receitas e despesas.

Vale mencionar ainda, que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis possui orientações técnicas que tratam especificamente da maneira como as organizações devem reconhecer, mensurar e evidenciar as operações que envolvem instrumentos financeiros. São eles; o Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação; o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Contudo, a contabilidade, para os investidores pessoas físicas, pode ser utilizada, principalmente, como um instrumento de gerenciamento do patrimônio, dos recursos e dos riscos assumidos. De modo que, orienta a tomada de decisões e possibilita a execução de medidas que garantam o alcance dos objetivos econômico-financeiros dos indivíduos que a utilizam no mercado financeiro, entre eles assegurar que o capital investido ofereça retornos e que os riscos não comprometam a rentabilidade dos produtos financeiros (FEZATTI, et al., 2009).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da metodologia aplicada ao trabalho, a pesquisa bibliográfica, buscou-se apresentar como a contabilidade pode auxiliar os investidores na gestão de uma carteira de investimentos, de acordo com as considerações de diversos autores que tratam esta abordagem. O referencial teórico, elaborado com base nos objetivos apresentados, teve por finalidade a exposição de tópicos pertinentes ao mercado financeiro e à contabilidade.

Na primeira seção observou-se a existência de duas principais entidades que regulamentam o funcionamento do mercado financeiro e de capitais no Brasil, sendo elas o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em relação a segunda seção do desenvolvimento, percebeu-se que os investimentos possuem riscos e que o mercado dispõe de mecanismos que permitem ao investidor a gestão destes, seja por meio dos instrumentos ou da análise do perfil de investidor.

A terceira seção apresentou os diversos produtos disponíveis no mercado financeiro e proporcionou uma breve apresentação das características de cada um. Por fim, a quarta seção indicou que a contabilidade pode ser utilizada pelos investidores como um instrumento que auxilia na interpretação de resultados financeiros, na análise de fluxos de caixa e de demonstrações financeiras, apresentadas conforme disposto no CPC 26, bem como o tratamento dos instrumentos financeiros.

Partindo das hipóteses adotadas inicialmente e da interpretação das bibliografias apresentadas ao longo do desenvolvimento, considerou-se que a contabilidade apresenta meios para análise da viabilidade de investimentos. Ou seja, as demonstrações contábeis apresentadas e elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos, são capazes de indicar o comportamento econômico das organizações detentoras dos produtos comercializados, permitindo que os potenciais investidores tenham conhecimento do risco assumido na aquisição dos títulos por elas comercializados.

Sendo assim, observou-se que a importância da contabilidade no mercado financeiro para os investidores pessoa física, está relacionada com o fornecimento e apresentação das demonstrações contábeis, por meio das quais é possível analisar o comportamento financeiro dos investimentos. Por este motivo, as informações obtidas com a contabilidade permitem aos investidores efetuarem a gestão de uma carteira de investimentos e dos riscos assumidos com a aquisição de produtos financeiros.

5. CONCLUSÃO

No mercado financeiro brasileiro existem diversas opções de investimentos para aqueles que têm interesse em aplicar recursos disponíveis para obterem rendimentos. A regulamentação destes produtos, que circulam dentro do Sistema Financeiro Nacional, é feita pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As decisões de investimento, geralmente, associam-se à busca por maiores rentabilidades, porém conforme observa-se neste trabalho, os produtos financeiros podem apresentar riscos capazes de comprometer o retorno esperado. Para tanto, o próprio mercado oferece meios que auxiliam na minimização destes riscos, como a análise do perfil de investidor, que permite conhecer o nível de risco que cada investidor está disposto a assumir, as operações de *hedge* e de *swap*, contrato a termo, mercado de opções e a diversificação da carteira de investimentos.

O objetivo deste trabalho foi apresentar a importância da contabilidade no mercado financeiro para os investidores pessoa física, considerando que a contabilidade fornece aos investidores as informações quanto a realidade das instituições e através das demonstrações contábeis, e permite uma tomada de decisão baseada no desempenho econômico e financeiro retratado nestas demonstrações. Para isto, estas devem ser elaboradas e divulgadas em conformidade com as determinações expressas nos pronunciamentos técnicos (CPCs).

Portanto, a importância da contabilidade neste contexto está relacionada ao fornecimento das informações e à possibilidade que oferece aos investidores de realizarem análises da viabilidade e da capacidade que os produtos financeiros comercializados têm de gerarem retornos satisfatórios aos investidores independentes, auxiliando na tomada de decisão.

Além disto, torna-se importante por auxiliar os investidores na gestão dos riscos assumidos, pois a tomada de decisão baseada nas demonstrações contábeis divulgadas permite a aplicação de recursos em produtos que têm maior capacidade de oferecer retorno, de acordo com o desempenho econômico e financeiro das entidades que o oferecem, identificados através da análise das demonstrações contábeis.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RAMBO, Andrea Carneiro. **O perfil do investidor e melhores investimentos: da teoria à prática do mercado brasileiro.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123812>>. Acesso em 23 de set 2018.
- BRASIL, Banco Central. **Composição e segmentos do sistema financeiro nacional.** Disponível em: <www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>. Acesso em 14 de abr 2018.
- BRASIL, Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013.** Brasília, DF. 2013. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst539.html>>. Acesso em 23 de set 2018.
- BRASIL, Tesouro Direto. **Conheça o tesouro direto.** Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/web/stn/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto>>. Acesso em 15 de nov 2018.
- BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. **Fundamentos de investimentos.** - 9. ed. - Dados eletrônicos. - Porto Alegre: AMGH, 2014.
- BRITO, Osias. **Mercado financeiro: estruturas, produtos, serviços, riscos, controle gerencial.** - 2. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013.
- BRUNI, Adriano Leal. **Mercados Financeiros: para a certificação profissional ANBID 10 (CPA-10).** - São Paulo: Atlas, 2005.
- BRUNI, Adriano Leal. **Avaliação de investimentos.** - 2. ed. - São Paulo: Atlas 2013.
- CAMLOFFSKI, Rodrigo. **Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas.** São Paulo: Atlas, 2014.
- CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais: o que é, como funciona.** - 7. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Estrutura Conceitual para elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – CPC 00.** 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 25 de set 2018.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Demonstração dos Fluxos de Caixa – CPC 03.** 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 25 de set 2018.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Apresentação das Demonstrações Contábeis – CPC 26.** 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 25 de set 2018.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – CPC 38.** 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 25 de set 2018.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Instrumentos Financeiros: Apresentação – CPC 39.** 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 25 de set 2018.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Instrumentos Financeiros: Evidenciação – CPC 40.** 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 25 de set 2018.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Instrumentos Financeiros – CPC 48.** 2016. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 25 de set 2018.

FERREIRA, Roberto G. **Tesouro Direto e outros investimentos financeiros: LTN, LFT, NTN, CDB, RDB, LCI e LI: planos financeiros e atuariais de aposentadoria.** - São Paulo: Atlas, 2015.

FIGUEIREDO, Rafael Lopes. **Aquisição de título público por meio de Tesouro Direto como complementação da aposentadoria.** Universidade Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39399/R%20%20E%20%20RAFAEL%20LOPES%20FIGUEIREDO.pdf?sequence=1>> Acesso em 15 de dez de 2018.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços.** - 15. ed. - Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002.

FREZATTI, Fábio; ROCHA, Wellington; NASCIMENTO, Artur Roberto do; JUNQUEIRA, Emanuel. **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico.** - São Paulo: Atlas 2009.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC.** - 3. ed. - São Paulo: Atlas 2018.

HEERDT, Mauri Luiz; LEONEL, Vilson. **Metodologia científica e da pesquisa: livro didático.** - 5. ed. rev. e atual. – Palhoça: Unisul Virtual, 2007. Disponível em: <http://www.fatecead.com.br/mpc/aula01_ebook_unisulvirtual.pdf>. Acesso em 27 de maio 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/pesquisa bibliográfica/teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso.** - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Alexsandro Broedel; GALDI, Fernando Caio; LIMA, Iran Siqueira. **Manual de contabilidade e tributação de instrumentos financeiros e derivativos: CPC 38, CPC 39, CPC 40, OCPC 3, IAS 39, IAS 32, IFRS 7, Normas da comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e da Receita Federal do Brasil.**- 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** - 11. ed. - São Paulo: Atlas 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC.** - 2. ed. - São Paulo: Atlas 2013.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.** - 3. ed. - São Paulo: Atlas, 2015.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro.** - 12. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro.** - 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2015.

NETO, Alexandre Assaf; LIMA, Fabiano Guasti. **Fundamentos de Administração Financeira.** - 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais.** - 8. ed. - São Paulo: Atlas 2016.

PORTO, José Maria. **Manual dos mercados financeiro e de capitais.** - São Paulo: Atlas, 2015.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Contabilidade básica: com exercícios práticos: De acordo com as normas brasileiras de contabilidade do CFC.** - São Paulo: Atlas, 2014.